



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5/2021

**Concede Título de Cidadão Honorário ao
Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador
Presidente Geraldo Francisco Pinheiro Franco**

O Presidente da Câmara Municipal de Hortolândia faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado Título de Cidadão Honorário ao Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Presidente Geraldo Francisco Pinheiro Franco pelos relevantes serviços prestados ao Município de Hortolândia.

Art. 2º O Título será entregue ao homenageado em Sessão Solene, na Câmara Municipal de Hortolândia, em data a ser oportunamente agendada.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto Legislativo correrão por conta de recursos próprios do orçamento da Câmara Municipal, suplementados se necessário

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de março de 2021.

Paulo Pereira Filho
Vereador - Paulão

Valdecir Alves Pereira
Vereador - Nego

Dionata Domingues
Vereador

Edivaldo Sousa Araújo
Vereador

Luiz Carlos Silva Meira
Vereador

Daniel Laranjeira
Vereador

Edmilson Marcelo Afonso
Vereador

Eduardo Lippaus
Vereador

Clodoaldo Santos da Silva
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA

Temos a satisfação de apresentar a esta respeitável Casa de Leis o incluso Projeto de Decreto Legislativo que tem como objetivo a **concessão de Título de Cidadão Hortolandense ao Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Presidente Geraldo Francisco Pinheiro Franco** pelos relevantes serviços prestados a sociedade Hortolandense, conforme relato a seguir.

Primeiramente, cumpre-nos ressaltar que alguns documentos e o extenso *currilum* do homenageado segue em anexo ao processo físico deste Projeto de Decreto Legislativo, assim passamos a expor o relato de sua biografia. Vejamos.

O Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “nasceu na capital paulista em 17 de dezembro de 1956. Formou-se no ano de 1979 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi Oficial de Gabinete da Vice-Presidência do Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo. Trabalhou como Procurador do Estado, nomeado por ato de 26.06.1980, assumiu em 24.07.1980.

Em 29.12.1980 foi nomeado, por decreto, como juiz substituto da 25^a Circunscrição Judiciária, com sede em Ourinhos, assumiu em 22.01.1981; removido para a 1^a Circunscrição Judiciária com sede em Santos, por decreto de 01.06.1981, assumiu em 02.06.1981; removido para 3^a Circunscrição Judiciária com sede em Santo André, por decreto de 14.12.1981, assumiu em 15.12.1981.

Aos 15.06.1982 foi promovido Juiz de Direito de 1^a Entrância para a Comarca de Paraibuna, assumiu em 16.06.1982; nomeado em caráter vitalício por decreto de 06.01.1983. Judiciou, também, na 2^a Vara do Foro Distrital de Vicente de Carvalho, promovido Juiz de Direito de 2^a Entrância, por decreto de 13.01.1983, assumiu em 14.01.1983. Em 09.06.1983, foi promovido para o Cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Comarca de São Paulo, assumiu em 10.06.1983.

No dia 27.06.1990, foi promovido Juiz de Direito de Entrância Especial da 1^a Vara Criminal Central, assumiu em 28.06.1990; removido para a 2^a Vara da Família e das Sucessões Central, por ato de 22.09.1993, assumiu em 23.09.1993; removido para o cargo de Juiz Substituto em 2^o Grau da Comarca de São Paulo, por ato de 13.04.1994, assumiu em 14.04.1994. Em Sessão Plenária de 23.03.1994, foi eleito pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral e reeleito pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em Sessão Plenária de 27.03.1996.

Assumiu o cargo de Desembargador do TJSP em 03.01.2005, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, tomou posse em 03.02.2005.

Foi eleito em 04.12.2013 para o biênio 2014/2015, Presidente da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Aos 06.12.2017 foi eleito Corregedor Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para o biênio 2018/2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Nesse período, após constatar pessoalmente, na Correição Geral Ordinária realizada nos dias 23 e 24 de janeiro de 2019, a situação da Comarca de Hortolândia, oficiou à Presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça, solicitando intercessão com especial veemência junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para se priorizar a tramitação, apreciação e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 044/2016 que dispõe sobre a criação de novas varas na Comarca, iniciando assim um vínculo do Corregedor com a Comarca de Hortolândia. Além disso, nomeou novos escreventes para a Comarca que se encontrava com o quadro funcional reduzido, atendendo às solicitações da Juíza Diretora, dos demais Magistrados que compõem a Comarca.

Em 04 dezembro de 2019 foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando lhe foi imbuída a função de presidir a corte no biênio 2020/2021. No ano de 2020, sensibilizando-se com a Comarca de Hortolândia, reconhecendo o incremento do volume de serviços forenses, aos 02 de março de 2020, foi publicado o Edital 02/2020 abrindo inscrições para provimento das vagas de Entrância Final das seguintes varas de Hortolândia:

- 1ª Vara Judicial da Comarca de Hortolândia (futura 1ª Vara Cível);
- 2ª Vara Cível;
- 2ª Vara Criminal;
- 3ª Vara Cível.”

Diante dos fatos expostos, fica nítido que o Excelentíssimo Desembargador Presidente não mediu esforços para melhorar a qualidade dos préstimos jurídicos à sociedade Hortolandense. Neste intuito, mesmo em um momento economicamente conturbado da história recente do país, nomeou novos escreventes técnicos judiciários, assistentes sociais e designou juízes em números jamais vistos na história da Comarca de Hortolândia, além de ser ator essencial no envio de auxílios à Comarca de Hortolândia.

Os investimentos realizados pelo Nobre Desembargador na Comarca de Hortolândia terão impacto direto no acesso à justiça de nossos municípios, assim compreendido como a viabilidade de meios apropriados para a resolução das lides existentes e a efetiva tutela e exercício de direitos. Tendo relevante e intenso impacto benéfico à população.

Assim a Cidadania Honorária é concedida como forma de manifestar publicamente a importância do homenageado à comunidade, trata-se da mais alta honraria municipal **que reconhece o homenageado Exmo. Sr. Dr. Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco como Filho da Terra**, pessoa que se dedicou em causas nobres, sem visar lucros, interesses pessoais ou profissionais, em defesa do povo Hortolandense.

Diante do exposto, esta Casa Legislativa não pode deixar de render honras a um trabalho realizado com reconhecida responsabilidade, dedicação e competência, razão pela proponho o presente, esperando contar com a colaboração dos Pares na aprovação do mesmo, face à observância de seus aspectos formais de constitucionalidade e legalidade.

Sala das Sessões, 23 de março de 2021.

Valdecir Alves Pereira
Vereador - Nego



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FÓRUM DA COMARCA DE HORTOLÂNDIA
Diretoria de Serviço de Administração Geral
Rua Ímola, 75, Jardim Res. Firenze CEP 13189-212 /
Fone/Fax: (19) 3309-4767 / 3865-9022 / 3897-1975
E-mail: hortolandiaadm@tjsp.jus.br

BIOGRAFIA: Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo **Desembargador GERALDO FRANCISCO PINHEIRO FRANCO**

Nasceu na capital paulista em 17 de dezembro de 1956. Formou-se no ano de 1979 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi Oficial de Gabinete da Vice-Presidência do Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo. Trabalhou como Procurador do Estado, nomeado por ato de 26.06.1980, assumiu em 24.07.1980.

Em 29.12.1980 foi nomeado, por decreto, como juiz substituto da 25ª Circunscrição Judiciária, com sede em Ourinhos, assumiu em 22.01.1981; removido para a 1ª Circunscrição Judiciária com sede em Santos, por decreto de 01.06.1981, assumiu em 02.06.1981; removido para 3ª Circunscrição Judiciária com sede em Santo André, por decreto de 14.12.1981, assumiu em 15.12.1981.

Aos 15.06.1982 foi promovido Juiz de Direito de 1ª Entrância para a Comarca de Paraibuna, assumiu em 16.06.1982; nomeado em caráter vitalício por decreto de 06.01.1983. Judiciou, também, na 2ª Vara do Foro Distrital de Vicente de Carvalho, promovido Juiz de Direito de 2ª Entrância, por decreto de 13.01.1983, assumiu em 14.01.1983. Em 09.06.1983, foi promovido para o Cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Comarca de São Paulo, assumiu em 10.06.1983.

No dia 27.06.1990, foi promovido Juiz de Direito de Entrância Especial da 1ª Vara Criminal Central, assumiu em 28.06.1990; removido para a 2ª Vara da Família e das Sucessões Central, por ato de 22.09.1993, assumiu em 23.09.1993; removido para o cargo de Juiz Substituto em 2º Grau da Comarca de São Paulo, por ato de 13.04.1994, assumiu em 14.04.1994. Em Sessão Plenária de 23.03.1994, foi eleito pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral e reeleito pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em Sessão Plenária de 27.03.1996.

Assumiu o cargo de Desembargador do TJSP em 03.01.2005, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, tomou posse em 03.02.2005.

Foi eleito em 04.12.2013 para o biênio 2014/2015, Presidente da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Aos 06.12.2017 foi eleito Corregedor Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para o biênio 2018/2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FÓRUM DA COMARCA DE HORTOLÂNDIA
Diretoria de Serviço de Administração Geral
Rua Ímola, 75, Jardim Res. Firenze CEP 13189-212 /
Fone/Fax: (19) 3309-4767 / 3865-9022 / 3897-1975
E-mail: hortolandiaadm@tjsp.jus.br

Nesse período, após constatar pessoalmente, na Correição Geral Ordinária realizada nos dias 23 e 24 de janeiro de 2019, a situação da Comarca de Hortolândia, oficiou à Presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça, solicitando intercessão com especial veemência junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para se priorizar a tramitação, apreciação e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 044/2016 que dispõe sobre a criação de novas varas na Comarca, iniciando assim um vínculo do Corregedor com a Comarca de Hortolândia. Além disso, nomeou novos escreventes para a Comarca que se encontrava com o quadro funcional reduzido, atendendo às solicitações da Juíza Diretora, dos demais Magistrados que compõem a Comarca.

Em 04 dezembro de 2019 foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando lhe foi imbuída a função de presidir a corte no biênio 2020/2021. No ano de 2020, sensibilizando-se com a Comarca de Hortolândia, reconhecendo o incremento do volume de serviços forenses, aos 02 de março de 2020, foi publicado o Edital 02/2020 abrindo inscrições para provimento das vagas de Entrância Final das seguintes varas de Hortolândia:

- 1ª Vara Judicial da Comarca de Hortolândia (futura 1ª Vara Cível);
- 2ª Vara Cível;
- 2ª Vara Criminal;
- 3ª Vara Cível.

Diante dos fatos expostos, fica nítido que o Excelentíssimo Desembargador Presidente, não mediu esforços para melhorar a qualidade dos préstimos jurídicos à sociedade hortolandense. Neste intuito, mesmo em um momento economicamente conturbado da história recente do país, nomeou novos escreventes técnicos judiciários, assistentes sociais e designou juizes em números jamais vistos na história da Comarca de Hortolândia, além de ser ator essencial no envio de auxílios à Comarca de Hortolândia.

Na oportunidade, apresento a Vossa Senhoria protestos de elevada estima e distinta consideração.

GILSON LUIS DE
SOUZA:11924698870

Assinado de forma digital por GILSON
LUIS DE SOUZA:11924698870
Dados: 2021.03.11 13:38:11 -03'00'

GILSON LUIS DE SOUZA
SUPERVISOR DE SERVIÇO

Ao Ilustríssimo Senhor
Vereador VALDECIR ALVES PEREIRA
VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

← → ↻ tjsp.jus.br/QuemSomos/Presidencia



♥ Homenagem do TJSP aos Profissionais da Saúde

INTRANET | CORREIO ELETRÔNICO | ACESSO À INFORMAÇÃO



Tribunal de Justiça
Estado de São Paulo

A Justiça próxima
do cidadão

MELHORADO PELO Google



INSTITUCIONAL

PROCESSOS

INFORMAÇÕES

TRANSPARÊNCIA

CONTATOS

PRESIDÊNCIA

Apresentação

A Presidência é o órgão responsável pela administração do Tribunal de Justiça de São Paulo. O presidente é um desembargador eleito por seus pares – Tribunal Pleno – a cada dois anos e tem suas competências jurisdicionais e administrativas definidas pelo Regimento Interno do TJSP.

Dentre as atribuições do presidente estão a de velar pelas prerrogativas do Tribunal, do Judiciário e da Magistratura do Estado, representando-os perante os demais Poderes e autoridades; encaminhar, na época oportuna, a proposta orçamentária do Tribunal, solicitar créditos suplementares, requisitar dotações orçamentárias e autorizar despesas; receber, e, se for o caso, processar as reclamações e instaurar sindicância contra desembargadores, oficiando como instrutor e relator até o arquivamento ou a instauração definitiva de processo administrativo; exercer o poder de polícia, mantendo a ordem e o decoro no Tribunal; presidir as sessões do Plenário, do Órgão Especial, do Conselho Superior da Magistratura e das comissões internas que integre ou a que compareça; entre outras.

Presidente – Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco (biênio 2020/2021)

Nasceu em 17 de dezembro de 1956 na capital paulista. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1979. Antes de ingressar na Magistratura, foi procurador do Estado. Em 1981, assumiu o cargo de juiz substituto da 25ª Circunscrição Judiciária, com sede em Ourinhos. Ao longo de sua trajetória foi juiz em Santos, Santo André, Paraíba do Sul, Vicente de Carvalho e São Paulo. Também foi juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, na classe de Juiz de Direito, eleito em 1994 e reeleito em 1996. Foi promovido em 2001 para o Tribunal de Alçada Criminal. Em 2005 foi promovido a desembargador do TJSP. Presidiu a Seção de Direito Criminal da Corte no biênio 2014/2015. Foi corregedor-geral da Justiça paulista no biênio 2018/2019.



SAIBA SOBRE

Apresentação

Diretoria de Auditoria Interna

Diretoria de Planejamento Estratégico

Galeria de Ex-Presidentes

Portarias

Provimentos

Regiões Administrativas Judiciárias

Secretarias do TJSP

Destaques

Galeria de Ex-Presidentes

Planejamento Estratégico

Secretarias do TJSP

CURRICULUM VITAE

DESEMBARGADOR

GERALDO FRANCISCO PINHEIRO FRANCO

TJSP - DGJUD 1.2 - SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO

**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
DGJUD 1.2 - Serviço de Publicações e Divulgação**

Dados Pessoais

Desembargador **GERALDO FRANCISCO PINHEIRO FRANCO**

Filiação: Nelson Pinheiro Franco

Maria Aparecida Lemos Pinheiro Franco

Naturalidade: Capital - São Paulo

Data de nascimento: 17 de dezembro de 1956

Formação Educacional

Superior - Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP - Turma de 1979.

Atividades Profissionais

Oficial de Gabinete da Vice-Presidência do Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo.

Estágio Profissional no Escritório Barros, Machado e Meyer.

Membro do Escritório Bianco, Zarif, Peinado e Pinheiro Franco, Advogados.

Procurador do Estado, nomeado por ato de 23.6.1980, assumiu em 24.7.1980.

Magistratura

Juiz Substituto:

nomeado para a 25ª Circunscrição Judiciária com sede em Ourinhos, por decreto de 29.12.1980, assumiu em 22.01.1981;

removido para 1ª Circunscrição Judiciária com sede em Santos, por decreto 01.06.1981, assumiu em 02.06.1981;

removido para 3ª Circunscrição Judiciária com sede em Santo André, por decreto de 14.12.1981, assumiu em 15.12.1981.

Juiz de Direito de 1ª Entrância:

promovido para a Comarca de Paraibuna, por decreto de 15.06.1982, assumiu em 16.06.1982;

nomeado em caráter vitalício por decreto de 06.01.1983.

Juiz de Direito de 2ª Entrância:

promovido para 2ª Vara do Foro Distrital de Vicente de Carvalho, por decreto de 13.01.1983, assumiu em 14.01.1983.

Juiz de Direito de 3ª Entrância:

promovido para o cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Comarca de São Paulo, por decreto de 09.6.1983, assumiu em 10.6.1983.

Juiz de Direito de Entrância Especial:

promovido para a 1ª Vara Criminal Central, por ato de 27.6.1990, assumiu em 28.6.1990;

removido para 2ª Vara da Família e da Sucessões Central, por ato 22.9.1993, assumiu em 23.9.1993;

removido para o cargo de Juiz Substituto em 2º Grau da Comarca de São Paulo, por ato de 13.4.1994, assumiu em 14.4.1994.

Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, na classe de Juiz de Direito, eleito pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em Sessão Plenária de 23.03.1994. Reeleito, pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em Sessão Plenária de 27.03.1996.

Juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. Promovido pelo critério de merecimento, por ato de 04.04.2001. Posse em 05.04.2001.

Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Conforme Apostila de 03.01.2005, da Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004. Posse em 03.02.2005.

Presidente da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo. Eleito em 04.12.2013 para o biênio 2014/2015.

Corregedor Geral da Justiça do Tribunal de Justiça de São Paulo. Eleito em 06.12.2017 para o biênio 2018/2019.

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Eleito em 04.12.2019 para o biênio 2020/2021. Posse administrativa em 07.01.2020. Posse solene em 04.02.2020.

Atividades Jurídicas e Culturais

Juiz Convocado para auxiliar nos Serviços Correcionais da Corregedoria Geral da Justiça, no período de 06.01.1988 a 31.12.1988.

Expositor do Curso: "Correição em Cartório de Registro de Imóveis", com os temas: "Livro nº 3, registro Auxiliar - Pactos - Cédulas de Crédito e sua legislação - Outros registros feitos no livro nº 3 e Loteamentos - Legislação - Processos - Registro - Abertura de matrículas - Ficha auxiliar - Loteamentos irregulares - Loteamentos regularizados - Contratos averbados ou registrados; cancelamento por inadimplemento", promovido pela Escola Paulista da Magistratura, realizado no dia 21.11.1991.

Expositor no VIII Curso de Iniciação Funcional do 162º Concurso de Ingresso na Magistratura, com o tema "Execução Penal", promovido pela Escola Paulista da Magistratura, em 28.7.1992.

Juiz Membro do Grupo de Trabalho para estudo das reivindicações apresentadas pelas entidades de classe dos funcionários do Poder Judiciário. Designado pela Portaria nº 2774 de 14.4.1994.

Orientador do Curso de aperfeiçoamento dos Juizes Substitutos, sobre o tema "Justiça Eleitoral", promovido pela Escola Paulista da Magistratura, em 05 e 06.02.1996.

Palestra proferida no 1º Curso de Aperfeiçoamento destinado aos Juizes Substitutos do 167º Concurso de Ingresso na Magistratura, sobre o tema "A Justiça Eleitoral", em 24.3.1997.

Palestra proferida no 1º Curso de Aperfeiçoamento destinado aos Juizes Substitutos do 167º Concurso de Ingresso na Magistratura, sobre o tema "A Justiça Eleitoral - Atividades Práticas", em 25.3.1997.

Palestra proferida no 2º Curso de Aperfeiçoamento destinado a Magistrados do 168º Concurso de Ingresso na Magistratura, sobre o tema "Código Eleitoral - Crimes", em 04.12.1997.

Palestra proferida no 2º Curso de Aperfeiçoamento destinado aos Juizes Substitutos do 168º Concurso de Ingresso na Magistratura, sobre o tema "Organização, Estrutura e Funcionamento da Justiça Eleitoral", em 26.01.1998.

Palestra proferida no 2º Curso de Aperfeiçoamento destinado aos Juizes Substitutos do 168º Concurso de Ingresso na Magistratura, sobre o tema "Processo Eleitoral", em 27.01.1998.

Palestra proferida no 2º Curso de Aperfeiçoamento destinado aos Juízes Substitutos do 168º Concurso de Ingresso na Magistratura, sobre o tema "Aspectos Práticos - Visita à 1ª Zona Eleitoral", em 28.01.1998.

Palestra proferida no 3º Curso de Aperfeiçoamento destinado a Magistrados do 169º Concurso de Ingresso na Magistratura, sobre o tema "Código Eleitoral - Crimes", em 04.08.1998.

Membro da Comissão de Estudos de Reestruturação do Estágio da Escola Paulista da Magistratura. Nomeado conforme portaria nº 31, de 31.7.2000.

Expositor dos temas "Cartórios; relações funcionais. Administração do Fórum", no Módulo Especial do Curso de Iniciação Funcional, destinado aos Juízes Substitutos do 173º Concurso de Ingresso na Magistratura, promovido pela Escola Paulista da Magistratura, em 04.01.2001.

Membro da Comissão para examinar a prestação de serviços aos Magistrados, desempenhada pela 2ª Diretoria Técnica de Serviço da Magistratura – Atendimento aos Magistrados. Designado conforme Portaria nº 17, de 26.6.2001.

Integrante da Comissão de elaboração da Proposta Orçamentária do Poder Judiciário para o ano de 2003. Nomeado conforme Portaria nº 6.314, de 26.7.2002.

Membro da Comissão do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo para Acompanhamento da execução da Lei Orçamentária e Elaboração da Proposta Orçamentária para o próximo Exercício. Designado conforme portaria nº 05, de 14.01.2003.

Integrante da Comissão de Honorários do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. Designado conforme portaria nº 27, de 06.02.2003.

Membro do Conselho Consultivo e de Programas da Escola Paulista da Magistratura. Eleito para o biênio 2002/2003, conforme portaria nº 6.461, de 12.3.2003.

Coordenador do Painel "Ouvidoria e Governo Eletrônico a Serviço da Justiça" apresentado no Ciclo de Debates "TACRIM: Justiça Eficaz, em Defesa da Cidadania", promovido pelo Centro de Estudos do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, em 16.5.2003.

Integrante da Comissão para proceder a estudos com vistas à defesa da autonomia do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. Designado conforme portaria nº 44, de 14.7.2003.

Integrante da Comissão do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo para Assessorar, Fiscalizar e Acompanhar a Execução da Lei Estadual nº 9.653, de 14 de maio de 1997, que institui o Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. Designado conforme portaria nº 49, de 23.9.2003. Portaria nº 4/2004-GP, de 14.01.2004.

Integrante da Comissão do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo para Acompanhamento da Avaliação Atuarial do Sistema Previdenciário dos Servidores do Estado de São Paulo. Designado conforme portaria nº 50, de 25.9.2003.

Integrante da Comissão de elaboração da Proposta Orçamentária do Poder Judiciário para o ano de 2005. Portaria nº 7151, de 17.02.2004.

Integrante da Comissão para Acompanhamento da Execução da Lei Orçamentária e Elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2005. Designado conforme portaria nº 16, de 03.5.2004.

Integrante da Comissão para Estudar o Plano de Carreira dos Servidores do Judiciário. Designado conforme portaria do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, nº 32, de 16.11.2004.

Integrante da Comissão Especial para acompanhar o processo de transição relativo à integração do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Designado conforme portaria do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, nº 36, de 07.12.2004.

Membro Suplente da Comissão Examinadora do 177º Concurso de Ingresso na Magistratura do Estado de São Paulo.

Membro titular da Comissão do 178º Concurso de Ingresso na Magistratura. Convocado conforme edital de 26.4.2006, publicado no Diário Oficial do Estado - Justiça, caderno 1 - parte I, 28.4.2006, p. 7.

Integrante do Grupo de Estudos instituído pela Portaria nº 67/2006, de 06.11.2006, para discussão e aprimoramento das atividades relativas a Procedimentos Disciplinares de Interesse dos Servidores do Poder Judiciário – 1ª Instância. Designado conforme Portaria nº 67/2006, de 06.11.2006. Publicado no Diário Oficial do Estado – Justiça, Caderno I, parte I, de 06.11.2006.

Integrante suplente da Comissão de Informática do Tribunal de Justiça de São Paulo. Designado conforme portaria nº 7502, de 17.01.2008, publicado no Diário da Justiça – Caderno 1 – Administrativo, de 21.01.2008, p. 01.

Representante da Seção Criminal da Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça, designado conforme Portaria nº 7.804, de 11.02.2010. DJE – Justiça, Caderno – Parte 1, de 18.02.2010, p. 1.

Representante da Seção Criminal da Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça, reconduzido conforme Portaria nº 8.451, de 11.01.2012. DJE – Justiça, Caderno – Parte 1, de 13.01.2012, p. 1.

Membro da Comissão de Assuntos Administrativos, designado conforme Portaria nº 8.629/2012, de 20.08.2012. DJE 21.08.2012.

Presidente da Comissão Examinadora do 183º Concurso de Ingresso na Magistratura. Conforme Comunicado 131/2012.

Integrante do Conselho Consultivo e de Programas - Seção de Direito Criminal, da Escola Paulista da Magistratura. Eleito pelo Tribunal Pleno do TJSP em 02.12.2015 para o biênio 2016/2017. Posse em 15.03.2016.

Coordenador da Área de Informática da Escola Paulista da Magistratura, no período de 30.08.2016 até 28.02.2018, nomeado conforme Portaria nº 091/2016, de 30.08.2016.

Coordenador do Curso "Gestão e Governança da Internet Aplicada à Prestação Jurisdicional - Escola Paulista da Magistratura e Escola de Governança da Internet no Brasil", promovido pela Escola Paulista da Magistratura, realizado nas dependências da mesma, no período entre 14 a 16 de agosto de 2017.

Nomeado Coordenador do 1º Núcleo de Estudos em Direito Digital, promovido pela Escola Paulista da Magistratura, conforme Portaria nº 025, de 18.08.2017.

Coordenador do "1º Núcleo de Estudos em Direito Digital", promovido pela Escola Paulista da Magistratura, realizado nas dependências da mesma, no período entre 29 de setembro de 2017 a 27 de julho de 2018.

Participação no 77º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (ENCOGE), realizado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, entre os dias 21 a 23.03.2018.

Participação no 78º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (ENCOGE), realizado em João Pessoa (PB), entre os dias 13 e 15.06.2018.

Coordenador da palestra “Aspectos inerentes à Intervenção Federal no Rio de Janeiro - Consequências e Prognósticos” – 1IRJ, promovida pela Escola Paulista da Magistratura, em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça, realizada na Escola Paulista da Magistratura, em 13.09. 2018.

Palestra sobre o tema “1932 e a nova era constitucional”, proferida no Seminário “A Justiça Militar de São Paulo e os 30 anos da Constituição brasileira”, realizado no Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, em 12.11.2018. Notícia publicada na Intranet, em 12.11.2018.

Palestra sobre o tema “O combate à corrupção na ótica da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo”, proferida no Curso “Governança e Compliance: Combate à Corrupção no Poder Judiciário”, promovido pela Escola Paulista da Magistratura, nas dependências da mesma, em 30.05.2019.

Integrante da Comissão Gestora dos Contratos de Recursos Financeiros do Tribunal de Justiça de São Paulo. Designado conforme Portaria nº 9.772, de 16.07.2019.

Participação no II FONACOR (Fórum Nacional de Corregedorias), realizado pela Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, no auditório do Conselho da Justiça Federal (CFJ), em 09.10.2019. (disponível para consulta no Portal de Notícias do Tribunal de Justiça, em 11.10.2019).

Vice-Presidente da Comissão Administrativa do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça – CODEPRE, eleito em reunião realizada no Salão Nobre do Palácio da Justiça, no dia 20.02.2020.

Presidente do Grupo de Trabalho para Implementação e Acompanhamento das Medidas de Retorno Gradual do Trabalho Presencial (Pandemia-Covid-19). Designado conforme Portaria nº 9892, de 04 de junho de 2020.

Participação do encontro promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo – AASP do 1º Webinar da série “Mediação em plataforma digital” ocorrida em 03.07.2020.

Participação no webinar “Segurança na crise: A retomada dos Trabalhos do Judiciário”, promovido pela TV Conjur, ocorrida em 06.07.2020.

Participação do evento promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, webinar para debater a retomada das atividades presenciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, ocorrida em 13.07.2020.

Participação no programa de rádio, promovido pela Rádio Bandeirantes de São Paulo, no programa “Linha Direita com a Justiça”, encontro ocorrido em 10.07.2020.

Participação na solenidade virtual em comemoração aos 198 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em 13.08.2020. (Publicado no Portal do TJSP).

Participação em webinar promovido pela Associação de Advogados de São Paulo (AASP) sobre o acesso à Justiça no período de isolamento social durante a pandemia, realizado em 22.09.2020.

Palestra proferida no “1º Simpósio Jurídico Internacional”, realizado na modalidade *online* (Sympla), no dia 31.10.2020. Publicado no Portal do TJSP, no dia 01.11.2020.

Presidente da Comissão Administrativa do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil – CODEPRE, eleito em Assembleia Geral Ordinária, por meio de videoconferência, no dia 27.11.2020.

Trabalhos Publicados

MANUAL dos procedimentos disciplinares. São Paulo: Corregedoria Geral de Justiça, 1989.

IDENTIFICAÇÃO criminal deve ser modificada, a nível de constituição. *In: Boletim IBCCRIM*, IBCCRIM, 09, 1993.

IMPOSSÍVEL a sobrevida do feto, deve ser autorização o aborto. *In: Boletim IBCCRIM*, IBCCRIM, 11: 01, 1993.

A PRISÃO de eleitores nas vésperas da eleição. *In: Boletim IBCCRIM*, IBCCRIM, 20: 01, 1994.

HOMENAGEM a Antonio Carlos Alves Braga. *In: Tributo a Antonio Carlos Alves Braga*. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, Edição Especial, Fora do Comércio patrocinada pela ARISP – Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo, julho de 2001, 37.

FATORES que impulsionam a produtividade na Justiça paulista. *In: Portal do Jornal "O Estado de São Paulo"*. 11.11.2020.

Condecorações e Títulos Honoríficos

"COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO" – Instituído e conferido pelo Poder Judiciário de São Paulo. Entregue por ocasião de sua posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

"MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILITAR" – Outorgada pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, entregue em Cerimônia realizada no dia 13.02.2015.

"MEDALHA REGENTE FEIJÓ" - Instituída oficialmente pelo Decreto nº 47.585, de 10.01.2003, com o propósito de distinguir personalidades civis e militares e instituições públicas ou privadas que tenham prestigiado a atividade policial-militar, reconhecendo-a como garantia de segurança necessária aos trabalhos da Justiça. Outorgada pela Comissão de Medalha, integrada por policiais militares da Assessoria Policial-Militar do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, em solenidade realizada no Salão do Juri do Palácio da Justiça, em 10.11.2015.

"ORDEM DO MÉRITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO GRAU DE CAVALEIRO" – Outorgada pela Diretoria Executiva e Deliberativa do Núcleo MMDC – Secretaria de Educação do Estado de São Paulo "Caetano de Campos", em sessão realizada na Casa Caetano de Campos, em 02.03.2018.

"MEDALHA GENERAL EUCLYDES FIGUEIREDO" – Instituída pelo Núcleo MMDC Norte e outorgada pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, entregue em evento realizado no dia 12.11.2018. Notícia publicada na Intranet, em 12.11.2018.

"MEDALHA EXÉRCITO BRASILEIRO" – Condecoração recebida durante solenidade em comemoração ao Dia do Soldado, realizada na sede do Comando Militar do Sudeste, no dia 23.08.2019.

"MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO DES. JOAQUIM NUNES MACHADO" – Condecoração recebida durante a solenidade de comemoração dos 198 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em 13.08.2020. (Publicado no Portal do TJSP).

“MEDALHA DO PACIFICADOR” – Instituída pelo Presidente da República, por meio do Decreto nº 4.207/02, solenidade realizada no Salão de Honra do Quartel-General Integrado, em São Paulo, em 24.11.2020. (Publicado no Portal do TJSP).

“MEDALHA COMEMORATIVA DO MÉRITO JUDICIÁRIO - 200 ANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO” - Condecoração recebida durante a solenidade em comemoração aos 200 anos do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, cerimônia realizada no formato híbrido, no Palácio da Justiça de Pernambuco, em 08.02.2021. (Publicado no Portal de Notícias do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 08.02.2021).

“MEDALHA DO CENTENÁRIO DO CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO” – Instituída pelo Decreto 14.730/80 e entregue na sede do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em 16.02.2021. (Publicado no Portal de Notícias do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 16.02.2021).

Discursos e Homenagens

HOMENAGEADO, por ocasião de sua posse no cargo de Juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. Discurso de agradecimento. Diário Oficial do Estado – Justiça, Caderno 1 – Parte I. São Paulo, 04.5.2001, p. 134-136.

HOMENAGEM prestada ao Dr. Fernando Antonio Maia da Cunha, por ocasião de sua posse no cargo de Juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. Diário Oficial do Estado – Justiça, Caderno 1 – Parte I. São Paulo, 22.6.2004, p. 103.

HOMENAGEM prestada ao Dr. Paulo Bomfim, por ocasião do recebimento do “Colar do Mérito Judiciário Penal”, em sessão solene de 16.12.2004. Discurso

de agradecimento. Diário Oficial do Estado – Justiça, Caderno 1 – Parte I. São Paulo, 06.01.2005, p. 70.

DISCURSO proferido por ocasião de homenagem ao desembargador Nélson Pinheiro Franco, no Projeto “Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante”, realizado no “Salão do Júri” do Palácio da Justiça, em 12.08.2015.

HOMENAGEADO pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, na sessão realizada em 16.12.2015.

HOMENAGEADO por ocasião da solenidade de inauguração de seu retrato na galeria das Presidências de Seção do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 11.08.2016.

DISCURSO de boas-vindas proferido por ocasião da visita da equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) à Sessão do Órgão Especial, como parte de sua Inspeção Ordinária no Tribunal de Justiça de São Paulo (Sessão realizada em 07.03.2018). Publicado na Revista Eletrônica de Jurisprudência – e-JTJ – volume 26/2018, p. 975/976 (disponível para consulta no Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).

DISCURSO proferido em nome do Tribunal de Justiça, por ocasião do descerramento do retrato na Galeria de Retratos de Ex-Corregedores-Gerais da Justiça do Estado de São Paulo Des. Manoel de Queiroz Pereira Calças, em sessão solene realizada no Palácio da Justiça, em 04.09.2018. Publicado na Revista Eletrônica de Jurisprudência – e-JTJ – volume 29/2018, p. 985/988 (disponível para consulta no Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).

DISCURSO proferido por ocasião da outorga do “Colar do Mérito Judiciário” ao Dr. Flávio Luiz Yarshell, em sessão solene realizada no Salão Nobre “Ministro

Manoel da Costa Manso”, no Palácio da Justiça, em 26.08.2019. (Publicado no Portal do TJSP, de 27.08.2019).

DISCURSO proferido por ocasião da Abertura do Seminário “A Lei Geral de Proteção de Dados em debate – Proteção de dados e os Registros Públicos”, com apoio do IRIB – Instituto de Registro Imobiliário do Brasil e da ARPEN – Associação dos Registradores de Pessoas Naturais, promovido pela Escola Paulista da Magistratura, realizado nas dependências da mesma, nos dias 02 e 03.09.2019.

DISCURSO proferido por ocasião do XI FONAVID, “Educação para a equidade de gênero: um caminho para o fim da violência doméstica contra a mulher”, no Fórum Nacional de Juízes e Juízas de Violência Doméstica e familiar contra a mulher, ocorrido em 05.11.2019. (disponível para consulta no Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).

DISCURSO proferido por ocasião da posse administrativa dos integrantes do Conselho Superior da Magistratura (CSM) e da Diretoria da Escola Paulista da Magistratura (EPM) eleitos para o biênio 2020/2021, em cerimônia realizada no “Salão Nobre Ministro Costa Manso” localizado no Palácio da Justiça, em 07.01.2020 (publicado no Portal de Notícias do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 07.01.2020).

DISCURSO proferido por ocasião da posse solene do Conselho Superior da Magistratura (CSM), da Diretoria da Escola Paulista da Magistratura (EPM), biênio 2020/2021 e da Abertura do Ano Judiciário de 2020, em cerimônia realizada no “Salão dos Passos Perdidos”, localizado no Palácio da Justiça, em 04.02.2020 (publicado no Portal de Notícias do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 04.02.2020).

PALAVRAS proferidas por ocasião da posse dos novos Desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo, em sessão virtual, realizada no dia 18.06.2020. Publicado no DJE em 02.07.2020.

DISCURSO proferido na abertura oficial do Comitê Estadual de Saúde do Estado de São Paulo, por meio da Plataforma "Teams", em 17.08.2020. (Publicado no Portal do TJSP, em 18.08.2020).

DISCURSO proferido, como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por ocasião da cerimônia de vitaliciamento dos juízes aprovados no 187º Concurso de Ingresso na Magistratura, realizada de forma virtual, em 15.10.2020. (Publicado no DJE – caderno 1 Administrativo, p. 2/3, em 03.11.2020).

PALAVRAS proferidas por ocasião da abertura webinar Diálogos Sobre o Tráfico de Pessoas, promovido pela Comissão Judiciária Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo e Exploração Infantil (Cittei) do Tribunal de Justiça de São Paulo, com início em 02.12.2020. (Publicado no Portal do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 02.12.2020)

DISCURSO proferido, como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por ocasião da última sessão antes da aposentadoria do Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, em 16.12.2020. (Publicado no Portal do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 16.12.2020).

DISCURSO proferido por ocasião da Abertura do Ano Judiciário de 2021, evento realizado de forma virtual, transmitido ao vivo pelo canal do YouTube do TJSP, em 01.02.2021. Publicado no Diário da Justiça Eletrônico, Caderno 1 – Administrativo, de 12.02.2021, p. 01/06. (disponível para consulta no Portal de Notícias do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 01.02.2021).

DISCURSO proferido por ocasião da posse dos juízes aprovados no 188º Concurso de Ingresso na Magistratura, evento realizado de forma virtual, transmitido ao vivo pelo canal do YouTube do TJSP, em 04.02.2021. Publicado no Diário da Justiça Eletrônico, Caderno 1 – Administrativo, de 16.02.2021, p.

01/06. (disponível para consulta no Portal de Notícias do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 04.02.2021).

TJSP - DGIUD 1.2 - SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO